



POLÍTICAS PÚBLICAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA INDÚSTRIA DO TURISMO DE NEGÓCIOS NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA, SP

**Lincoln Augusto Taddeo Firoozmand
Sandra Maria Fonseca da Costa**

Resumo

O presente artigo discute o processo recente da urbanização brasileira e as suas relações com as políticas públicas, associadas à expansão do turismo de negócios na Região do Vale do Paraíba, localizado no estado de São Paulo, em específico investigando a ampliação do parque hoteleiro no município de São José dos Campos. A intensificação da urbanização no Brasil constitui-se um fenômeno da segunda metade do século XX. As suas características manifestam-se de diversas formas, muitas vezes com o incentivo de políticas públicas nacionais como, por exemplo, o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e regionais, como o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP). Dentro desta temática, pretende-se compreender como a urbanização brasileira, conectada a essas políticas públicas desenvolvimentistas favoreceram a ampliação do espaço hoteleiro regional. Ressalta-se a discussão sobre a relação entre as políticas públicas nacionais, regionais e municipais, uma apresentação de dados estatísticos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do número de estabelecimentos de hospedagem e o número de unidades habitacionais, segundo as principais capitais do território brasileiro e cidades que compõem a Região do Vale do Paraíba. A metodologia adotada para analisar os questionamentos do presente trabalho caracteriza-se como sendo exploratória, de abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, ou seja, foi desenvolvida a partir de dados multifontes e multi bibliográficos, que permitiram averiguar as relações entre a elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento da indústria do turismo de negócios.

Palavras chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional. Turismo. Hotelaria. Vale do Paraíba.

Introdução

Para compreendermos o processo de urbanização brasileira é preciso que olhemos para o passado, para o processo de estruturação das cidades brasileiras, considerando que sua urbanização pode ser explicada ao longo da sua história.

De acordo com Maricato (2001), o Brasil, no período colonial, apresentava cidades consideradas de grande porte, porém, pode-se notar que foi a partir do século XIX que, de fato, o processo de urbanização brasileira se consolida. Alguns fatores contribuíram para essa consolidação, dentre eles: as mudanças na política econômica, a libertação dos escravos e a proclamação da república, ocorridas no final do século XIX. O século XIX, representou um momento de grandes transformações na estrutura política, econômica e social, com reflexos no mundo, em função da Revolução Industrial que transformava o sistema capitalista e seu *locus* de produção, as cidades. Segundo Maricato (2001), a forma



como se processaram a abolição e a república no Brasil, no século XIX, esboçou o caminho que as cidades brasileiras trilhariam nas primeiras décadas do século XX.

Nota-se que, a partir de meados do século XX, intensifica-se o processo de urbanização no Brasil. O sistema urbano, segundo Santos (2008), é transformado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, sendo em sua grande maioria firmas hegemônicas, atribuídas não somente de capacidade de adaptação à conjuntura nacional, como também da capacidade de transformação do suporte, pois tem a força da mudança tecnológica e também de transformação institucional. Parte dessa força, devido a sua grande influência junto ao Estado, interferem nas regras econômicas e sociais.

A partir do crescimento e da aquisição desse novo conteúdo e nova dinâmica, que envolvem o processo de urbanização brasileira, surgiram políticas desenvolvimentistas no País com o objetivo de conceber condições de expansão urbana que fossem favoráveis a novos investimentos, em especial aqueles ligados à infraestrutura, que facilitariam o investimento da atividade privada (TINBERGEN, 1969). Um dos investimentos incentivados pela política brasileira se deu em direção à dois grandes eixos: O primeiro associado ao crescimento da indústria do turismo de negócio e, o segundo, a expansão de um parque hoteleiro, ainda incipiente na década de 1960. Para Prosérpio (apud ALBAN, 2006, p.302):

Seguindo a estratégia de política econômica vigente - segundo a qual o setor público incentivava a implantação de novos segmentos da matriz industrial ainda não instalados no país - também ao setor de turismo e hospedagem eram oferecidos, através da Embratur, incentivos à entrada de novos capitais [...], determinando a expansão das redes hoteleiras locais e a entrada, por primeira vez, de grandes redes internacionais, atraídas pelos incentivos, pelo aumento da concorrência no plano internacional e pelas perspectivas de crescimento do turismo interno.

Segundo Brasil (2007), o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) representou um marco na história da administração pública, pois conseguiu a concessão de incentivos financeiros, a isenção e diminuição de impostos para os segmentos, principalmente para o setor hoteleiro que, à época, era deficitário qualitativa e quantitativamente. Essas políticas se refletiram no território nacional e regional, favorecendo o incremento da indústria hoteleira.

Na Região do Vale do Paraíba, que se estruturou como polo tecnológico após a década de 1970, as políticas nacionais foram reforçadas por políticas regionais, que mudaram o perfil desse segmento na Região. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo discutir o processo recente da urbanização brasileira e as suas relações com as políticas



públicas, associadas à expansão do turismo de negócios na Região do Vale do Paraíba, localizado no estado de São Paulo, em específico investigando a ampliação do parque hoteleiro no município de São José dos Campos.

Para permitir construir uma linha de análise, foram utilizados: o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II), para compreender a influência de fatores externos e internos, sobre o desempenho macroeconômico e a consistência do Plano em relação ao objetivo de realizar um ajuste estrutural que mantivesse o crescimento sustentado no longo prazo; o CODIVAP, para assimilar o papel de um consórcio na Região do Vale do Paraíba e como a sua estrutura permitiu a captação de recursos e investimentos para os municípios envolvidos; dados a partir do IBGE, sobre estabelecimentos hoteleiros distribuídos por capitais do País; e dados da RAIS, sobre estabelecimentos do setor de serviços. Dessa forma, foi composto um conjunto de informações que propiciaram a realização dessa pesquisa.

O Processo Recente da Urbanização Brasileira

Em escala mundial, principalmente após a segunda metade do século XX, o processo de urbanização brasileira é caracterizado, sobretudo, pela rapidez com que decorreu em países periféricos, independente do seu processo de industrialização. De acordo com Campos Filho (1992), naqueles países considerados mais desenvolvidos, a transformação ocorre na medida em que determinadas inovações tecnológicas amadurecem. O afastamento da população residente no campo, devido as condições de vida e sua concentração em grandes cidades ocorreu de forma muito mais acentuada naqueles países periféricos do que na Europa Ocidental e na América do Norte, por exemplo.

No Brasil, ao final do século XX, quando as fronteiras econômicas se ampliaram, mais áreas foram ocupadas e percebe-se com isso que o território brasileiro ficou apropriado à expansão do capital. A natureza recuou de maneira considerável, enquanto as demais formas de densidade humana ficaram mais presentes. Mesmo que a distribuição seja desigual, pode-se observar, em uma porção considerável do território brasileiro, que há maior densidade técnica, acompanhada de maior densidade informacional (SANTOS, SILVEIRA, 2001). Ao acontecimento de êxodo rural, soma-se, ainda mais do que no período anterior, o êxodo urbano.



Essa complexa organização territorial, e principalmente urbana do Brasil, ainda que intensamente modificada após a metade do século XX, apresenta profundas diferenças entre as suas regiões. Segundo Santos (1993), na década de 1940, além das taxas regionais de urbanização não serem altas, as diferenças entre regiões são menos significativas do que nos anos seguintes. Nesse período, por exemplo, podemos observar que a população urbana brasileira representava 31,2% da população total, sendo que apenas a Região Sudeste do Brasil ultrapassava esse índice, com cerca de 39% de população urbana. As regiões Norte e Sul apareciam em segundo lugar, com 28% de população urbana, enquanto as regiões Nordeste e o Centro-Oeste apresentavam uma taxa de urbanismo com cerca de 23% e 22%, respectivamente.

De acordo com Santos (1993), na década de 1980, a Região Sudeste se caracterizava como sendo a região mais urbanizada do Brasil, com índices acima de 82%. Em contrapartida, a Região Nordeste como sendo a menos urbanizada do País com 50,44% de população urbana. A taxa de urbanização nacional era de 65,57%.

Desta forma, pode-se observar que, no início da segunda metade do século XX, o Brasil teve um processo de urbanização acelerado, devido ao esvaziamento do campo e o intenso crescimento industrial. Conforme apresenta Santos (2008), o Brasil encerrou o século XIX com cerca de 10% de toda a sua população vivendo em cidades. Os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 1940, a população que vivia no campo representava 68,8%, e no início do século XXI, 2000, a população urbana passou a representar 81,2% da população brasileira.

Para Reschilian (2005), a dominação política e, principalmente, econômica da Região sudeste frente a nordeste está diretamente associada às estratégias de acumulação de capital e da manutenção do controle da economia, frente as diferentes representações das elites nacionais, junto ao seu processo de urbanização. Segundo Ribeiro e Cardozo (1994), foi também a partir da segunda metade do século passado que o cenário nacional assistiu a um outro modelo de abordagem sobre as questões urbanas. As intervenções nas cidades, nas questões de desenvolvimentismo nacional, ocorreram segundo o fato de que o crescimento econômico seria o ponto fundamental dessas transformações. O plano de investir massivamente em infraestrutura teve um rebatimento no território. Uma dessas consequências é o interesse de grandes representantes da indústria do turismo de negócios, representadas pelo setor hoteleiro internacional, em se instalar no País, devido ao início de sua expansão e crescimento.



Sem dúvida, o território de uma forma geral, e as cidades, acolhem uma tipologia de atividades. Ainda segundo Santos e Silveira (2001), muitas dessas atividades são mais fortemente relacionadas com o território e, portanto, mais dependentes da sociedade próxima e das virtualidades materiais e principalmente sociopolíticas de cada área, o que viabiliza certa horizontalização da atividade. O papel de comando, entretanto, é alocado às empresas que são dotadas de maior poder econômico e político. Em particular, aquelas empresas que de alguma forma foram beneficiadas, a partir do surgimento das políticas públicas no Brasil, após a segunda metade do século XX e que favoreceram a expansão dos seus negócios e suas bases operacionais em todo o território brasileiro.

Políticas Públicas e o Incentivo à Indústria do Turismo de Negócios no Brasil

Poucas tentativas de planejamento ocorreram no Brasil até a década de 1930, em especial aquelas associadas ao desenvolvimento industrial e de serviços, com exceção das políticas em defesa do café. As poucas tentativas de planejamento neste período, foram basicamente marcadas pela ocasionalidade e falta de continuidade.

Segundo Matos (2002), a partir da década de 1940, algumas tentativas de planejar, controlar e coordenar a economia brasileira puderam ser observadas. Todavia, são poucos os exemplos de atividades governamentais de planejamento no País, antes do final de 1939. A responsabilidade por esses poucos exemplos de atividades, constituem-se de restrições ideológicas impostas principalmente pelas correntes liberais e o desconhecimento de técnicas avançadas de política e programação.

A partir da década de 1950, a política desenvolvimentista, proposta por Juscelino Kubitschek, teria como uma de suas metas tornar o País menos dependente da agricultura e colocá-lo como uma nação industrializada. Ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil vivenciou uma de suas fases de maior crescimento econômico. Conhecido como um dos planos econômicos mais ambiciosos, o Plano de Metas (crescer cinquenta anos em cinco) tinha como principal objetivo a industrialização pela substituição de importações. Nesse período, a construção de Brasília foi considerada o ponto máximo da política desenvolvimentista (ALBUQUERQUE, 2015).

O Plano de Metas surgiu como um programa desenvolvimentista. O plano dividia-se em 31 metas, distribuídas em 6 grupos, sendo eles: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília. De acordo com Rodrigues (2015), o



objetivo principal do plano de metas era de promover a industrialização do País, com intensa participação do Estado, do capital privado nacional e do capital privado estrangeiro.

Na década de 1960, antes da intervenção militar no Brasil, durante o governo do presidente Jânio Quadros, foi criada a Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN), que coexistiu por um tempo com o conselho de desenvolvimento. Sequencialmente, o então ministro extraordinário do planejamento, Celso Furtado, preparou o Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social no Brasil, para o período de 1963 a 1965. O Plano foi criado com bases a atender objetivos básicos para promoção do rápido desenvolvimento econômico e estabilizar o nível dos preços (MATOS, 2002).

Após o Golpe de 1964, vários planos econômicos foram propostos, visando a estabilidade econômica, fim da inflação, entre outros aspectos. No início da década de 1970, seria proposto o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, no Brasil (I PND). Encaminhado ao congresso nacional, em 15 de setembro de 1971, o I PND elaborado ao logo da gestão do governo Médici, coincidiu com a expansão cíclica do período do “Milagre Econômico”. De acordo com Furtado (1981), o excepcional crescimento da produção manufatureira brasileira, no período do Milagre Econômico, ocorreu sem que operassem significativas modificações na estrutura do sistema, ou mesmo sem que este alcançasse níveis altos de capacidade de autotransformação. Segundo Matos (2002), o I PND foi constituído no binômio político ideológico de segurança e desenvolvimento, representando uma profusa formulação do modelo brasileiro de organizar o Estado e as suas instituições.

Sandroni (2000) destaca que ao final do triênio de 1972/1974, o I PND havia, de fato, confirmado o seu elevado grau de execução, especialmente na área econômica. Todavia, Tavares (1972) expõe rigorosas críticas ao I PND, ao considerar que o desenvolvimento ocorrido neste período no Brasil, se fez com severas pressões inflacionárias e com o acréscimo do desequilíbrio externo e das desigualdades regionais.

No documento do I PND, publicado no Diário Oficial da União, de 17 dezembro de 1971, um importante aspecto desperta a atenção para a temática dessa nossa pesquisa: a forma como as políticas públicas colaboraram para a criação do turismo de negócios e a expansão do parque hoteleiro no Brasil. Ao final do documento é possível observar ressalvas ao I PND – 1972/1974, que deram início ao entendimento da importância da expansão do turismo e da hotelaria no País. Ao total, 6 ressalvas são elaboradas ao longo do dispositivo e, em específico, a ressalva de número 3 (BRASIL, 1971, p. 73) diz: “O plano deve incluir medidas que visem ao incremento do turismo, tanto de correntes turísticas internacionais como internas, dotando-se as regiões propícias de condições favoráveis”.



Desta forma, constata-se que o I PND abriria portas fundamentais para que o País iniciasse uma mudança em investimentos, que logo comprovar-se-ia com a chegada do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Com base nesse novo contexto de desenvolvimento, foi submetido ao Congresso Nacional, em 29 de janeiro de 1969, com a redação dada pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro de 1969, o projeto de lei do II PND, para os exercícios de 1975 a 1979. Anunciado à população brasileira, pelo até então 4º presidente do regime militar, Ernesto Geisel, o Plano, basicamente, iniciou mudanças nas prioridades de industrialização brasileira, do setor de bens de consumo duráveis para o setor produtor de meios de produção.

As metas, estabelecidas para o II PND, pressupunham uma participação central do Estado no planejamento e execução do plano e das empresas estatais, além das empresas do setor privado nacionais e estrangeiras, formando o chamado tripé. De acordo com Furtado (1981), os objetivos estratégicos do II PND resumem-se em dois grandes eixos, sendo o primeiro amplificar a base do sistema industrial e o segundo aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. O II PND foi responsável pela abertura de projetos de investimentos de matriz industrial, que redistribuiu e até mesmo desenvolveu novos espaços produtivos.

Diante do processo de urbanização e do plano de desenvolvimento, o País passou, então, a estimular novos meios de crescimento em seu território, em especial, aqueles associados aos serviços, como, por exemplo, turismo de negócios e hotelaria. Em meio as essas grandes mudanças, principalmente de espaço e urbanização, leis de zoneamento em várias regiões do Brasil na época sofreram alterações, inclusive a Região do Vale do Paraíba, tornando a legislação do País e de muitos municípios, mais flexíveis e permeáveis à construção de novos complexos hoteleiros nacionais e regionais (ANDRADE, 2002).

Industrialização na Região do Vale do Paraíba

A Região do Vale do Paraíba Paulista está localizada a Leste do Estado de São Paulo e caracteriza-se como sendo uma das mais antigas áreas de povoamento e fundamental ponto de acesso dos Bandeirantes entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro durante o ciclo do ouro. Compreendida pela bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, o início de sua ocupação é datado a partir do século XVII.



O primeiro núcleo urbano do Vale do Paraíba, 1645, teve a Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté como sendo o ponto de partida de sertanistas regionais e colonizadores das terras vizinhas. É possível observar que, a partir do século XVII, a Região do Vale do Paraíba inicia o seu processo mais intenso de urbanização, com a sua população concentrada, basicamente, no vale do Rio Paraíba, onde encontrava-se as terras mais férteis para a agricultura (COSTA, 2007).

De acordo com Costa (2005), ao final do século XVIII, chega a Região do Vale do Paraíba a cultura do Café, e com ela a Região torna-se um dos mais importantes centros políticos e econômicos do Brasil império. Entretanto, no início do século XX, encerra-se o mais importante período econômico vivenciado na Região, naquele momento, e inicia-se a fase de industrialização. A estrada de ferro Central do Brasil e a abertura da ligação rodoviária entre as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, impulsionaram essa aceleração.

Segundo Costa (2005), dois aspectos foram significativos para o início do processo de industrialização na Região do Vale do Paraíba. O primeiro está associado a situação geográfica, sua localização entre os dois maiores centros econômicos do País – São Paulo e Rio de Janeiro. Com o surgimento da Rodovia Presidente Dutra ampliaram-se as possibilidades de expansão industrial da Região. O segundo aspecto é dado pela facilidade de transportes e comunicação, ao longo desse importante eixo de circulação econômica.

Para Ricci (2006), o processo de industrialização na Região do Vale do Paraíba ocorreu por meio de três fases dissemelhantes. A primeira delas aconteceu entre o fim do século XIX até aproximadamente a primeira década do século XX, a qual foi caracterizada por um crescimento econômico lento, com a presença de pequenos estabelecimentos, predominantemente, fábricas de produtos alimentares, cerâmicas e têxteis. A segunda fase, entre a metade da primeira década do século XX até a metade do século XX, como sendo um período de enorme ascensão econômica, durante o qual algumas cidades ganham notoriedade, tais como Guaratinguetá e Taubaté, devido ao exímio desempenho de estabelecimentos de transformação de produtos agropecuários, têxtil e minerais não metálicos. Por fim, a terceira e última fase ocorre após o término da Segunda Guerra Mundial, com a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, localizada no estado do Rio de Janeiro e criada em abril de 1941, no até então governo de Getúlio Vargas.

Após a década de 1950, a Região do Vale do Paraíba recebeu consideráveis investimentos, muitos deles provenientes de estatais, como também de empresas privadas



de capital internacional. Esses investimentos concentraram-se em duas grandes cidades da Região: São José dos Campos e Taubaté.

Segundo Vieira (2009), a cidade de São José dos Campos, recebeu polos tecnológicos, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1950, além de empresas e indústrias, como, por exemplo, Johnson & Johnson, no ano de 1953, Ericsson no ano de 1954, Tecelagem e Fiação Kanebo, no ano de 1956 e a Hotelaria Accor – Novotel, no ano de 1977. Na cidade de Taubaté, por exemplo, o destaque foi a Indústria Química de Taubaté (IQT), em 1954.

Durante a fase, conhecida como os anos do milagre econômico (1968 - 1974), a cidade de São José dos Campos despontou no crescimento econômico regional, apesar de apresentar condições semelhantes às de outras cidades, como Taubaté e Jacareí, em relação ao acesso aos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com Francesconi (1978), no Vale do Paraíba Paulista, por exemplo, a industrialização foi acelerada em algumas poucas cidades que demonstraram elevado crescimento econômico na terceira fase da industrialização. Como o crescimento integrado regional não ocorreu, pode-se observar, neste período, um intenso fluxo migratório em direção às cidades com mais oferta de emprego e melhor qualidade de vida. Isso foi reflexo de um crescimento econômico fortemente concentrado em porções do território regional, como em São José do Campos, por exemplo (BECKER e EGLER, 1994).

De acordo com Matos (2002), durante a década de 1960, o governo do estado de São Paulo e suas instituições aderiram o conceito de polos de desenvolvimento na definição de diretrizes de políticas econômicas e de áreas prioritárias para industrialização e desenvolvimento regional, com o estabelecimento do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED).

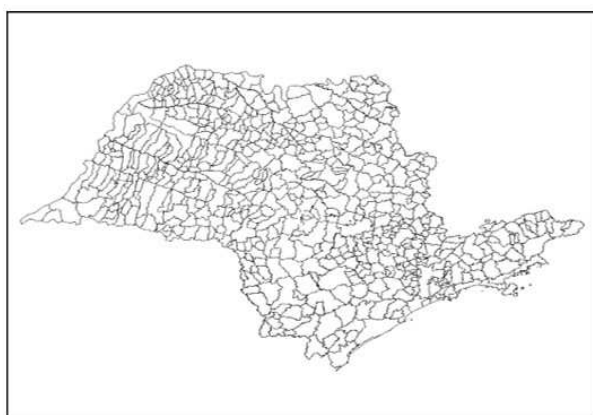
No início da década de 1970, os prefeitos do Cone Leste Paulista são fortemente influenciados pelas políticas do Governo Federal e Estadual e criam o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba – CODIVAP, em 10 de outubro de 1970. O objetivo de sua criação foi a aproximação político - administrativa dos municípios, que compunham a Região do Cone Leste Paulista. Seus idealizadores buscavam caminhos para a superação dos problemas comuns entre os municípios consorciados, tornando os municípios mais próximos, politicamente, uns dos outros (MAMEDE, 2008).

O CODIVAP abrangia 44 cidades na Região administrativa de São José dos Campos (figura 1). Os municípios que compõem são: Aparecida do Norte, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha,



Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Mogi das Cruzes, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Nazaré Paulista, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luis do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba.

Estado de São Paulo



Região do Vale do Paraíba - CODIVAP



Figura 1 – Localização do Estado de São Paulo e da Região do Vale do Paraíba.

Segundo Vieira e Santos (2012), o CODIVAP surgiu com a proposta de fortalecer a relação de parceria entre o poder público e o setor privado. Essa relação estabeleceria um relacionamento de parceria entre os municípios e a sociedade civil organizada na esfera local.

Uma das finalidades do CODIVAP era a promoção do turismo na Região do Vale do Paraíba. Os investimentos motivados pelos incentivos fiscais e as políticas públicas fomentadas, a partir da década de 1970, tratadas anteriormente, constituem-se como pilares fundamentais para o surgimento e posteriormente a expansão do turismo de negócios na Região do Vale do Paraíba, especificamente na cidade de São José dos Campos, com a instalação de redes hoteleiras internacionais no município.

Expansão do Parque Hoteleiro no Brasil

Segundo Solha (2002), no início da segunda metade do século XX, a hotelaria brasileira era de razoável proporção e concentrava-se nas principais capitais do País. Neste período, ainda segundo a autora, foi possível observar o aumento das frotas das



companhias aéreas. Agências de viagens brasileiras começaram a se organizar, criando associações regionais e participando de eventos internacionais, com fins a promover o turismo e a hotelaria no Brasil. Foi também, na década de 1950, que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), começou uma campanha para oficializar o turismo no País, iniciando com a organização dos Congressos Brasileiros de Turismo, realizados nos anos de 1956 e 1957.

Para Nogueira (1983, p. 176), “a preocupação governamental com o financiamento de hotéis expressou-se, em 1966, com o Decreto nº 55, que direcionava os primeiros incentivos à rede hoteleira nacional, ao mesmo tempo que definia a política nacional de turismo e criava a Confederação Nacional do Turismo (CNTur), e o Instituto Brasileiro de Turismo, conhecido como (EMBRATUR)”.

no Decreto lei nº 1.439/75, Decreto nº 78.379/76, que o regulamenta, e nas Resoluções nº 365, do Banco Central do Brasil, e nº 878, do CNTur18 - que imprimiu nova orientação aos financiamentos estatais para pequenos e médios hotéis, cujo imposto de renda passa a sofrer uma redução de até 70%, por 10 anos, como promoção do turismo interno, e culminou com a classificação dos estabelecimentos hoteleiros. (NOGUEIRA, 1983, p. 177).

Para Solha (2002), o desenvolvimento do turismo no País, entre os anos de 1950 a 1969, deu-se em decorrência da ligação de diversos fatores, dentre eles: urbanização e crescimento das cidades, expansão dos sistemas de comunicação; avanço nos equipamentos e no sistema de transportes e crescimento de uma classe média propensa a viajar. Embora ainda bastante incipiente, comparado à velocidade dos acontecimentos mundiais, todos esse fatores estimularam o início da organização da atividade nos setores público e privado no País. Corroborando com Solha (2002), Carvalho (2000), aponta que o turismo, como atividade econômica organizada, teve seu grande salto com a chegada da revolução industrial, que disparou os avanços nos transportes, técnicas mercadológicas e comunicações e assim como com a conquista, pelos trabalhadores, de um tempo livre cada vez maior, contribuindo para o desenvolvimento desse setor.

Para Gorini e Mendes (2002), no Brasil, no início da década de 1970, financiamentos a longo prazo, por meio da EMBRATUR, do Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME) e incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento do Amazônia (SUDAM), também colaboraram para construção de novos hotéis. A partir desses incentivos e financiamentos, promovidos durante o II PND, as empresas hoteleiras nacionais duplicaram a sua



capacidade e empresas internacionais se instalaram no Brasil. De acordo com Gorini e Mendes (2002, p.117), “algumas redes internacionais entraram no País por meio de investimentos imobiliários e administrando seus hotéis, outras ficaram somente com a operação, enquanto os imóveis eram construídos com recursos de investidores nacionais”.

De acordo com SAAB (1999, p. 300), “o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), associado à EMBRATUR, teve um papel fundamental no processo de expansão da rede hoteleira”. De acordo com a tabela 1, observa-se que até 1995, predominavam os investimentos para os projetos voltados à implantação, expansão e modernização de hotéis. A partir desse momento, há uma nítida variação nos tipos desembolsos efetuados pelo Sistema BNDES para o setor turístico, quando começaram a aparecer os financiamentos para os projetos destinados à implantação de parques temáticos e aquáticos.

Tabela 1 - Distribuição dos Desembolsos do Sistema BNDES para o Setor de Turismo Nacional, por Tipo de Investimento – 1990/98 (Em %)

SEGMENTOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Hoteleiro	99,2	99,7	100,0	99,5	96,0	85,9	62,8	54,6	61,6
Parques	–	0,3	–	0,3	2,4	14,0	23,3	32,6	20,7
Outros	0,8	–	–	0,2	1,6	0,1	13,9	12,8	17,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SAAB (1999).

A primeira cadeia internacional a operar no Brasil foi a Hilton International Corporation, que passou a administrar, em 1971, um hotel com 400 apartamentos na Avenida Ipiranga (Hilton São Paulo). Em 1974, começaram a operar no Brasil as redes internacionais Holiday Inn (Campinas), Sheraton (Rio de Janeiro) e Intercontinental (Rio de Janeiro). Em 1975, foram inaugurados o Le Méridien (Rio de Janeiro) e o Club Med (Itaparica) e, em 1977 o Novotel (São Paulo) e em 1977 o Novotel São José dos Campos, primeiro hotel de rede internacional na Região do Vale do Paraíba.

Com o surgimento do FUNGETUR (Fundo Nacional de Turismo), criado pelo Decreto-Lei 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispôs sobre os incentivos fiscais ao turismo, o fundo foi destinado para fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas que fossem consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional. A proposta consistia em um mecanismo de crédito essencial ao fomento do turismo como negócio e estratégia para o desenvolvimento social e



econômico – geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida (SAAB,1999). Conforme a tabela 2, é possível constatar a variação no número de estabelecimentos de hotéis, após os investimentos realizados pelo Estado Brasileiro.

Tabela 2 - Evolução dos meios de hospedagem no Brasil de 1968 a 1979

Ano	Categoria dos hotéis						Total Meios de Hospedagem
	Luxo	1ª	2º	3º	Pensões	Motéis	
1968	28	136	517	7.889	4.052	38	12.660
1969	43	244	811	7.226	4.090	183	12.597
1971	22	154	621	8.277	4.055	204	13.333
1972	18	168	673	8.720	3.929	256	13.764
1973	30	208	729	9.315	4.058	293	14.633
1974	70	333	801	9.495	3.575	507	15.356
1976	94	384	902	9.434	3.603	654	16.345
1977	105	468	949	9.572	3.462	787	16.807
1978	111	482	1.088	9.978	3.585	901	17.751
1979	112	497	1.176	9.618	3.341	1.023	17.683

Fonte: SANTOS (2012).

É possível perceber na tabela 2, a evolução no número de meios de hospedagem que surgiram entre 1968 e 1979, mesmo diante da crise mundial de 1973, motivada pelas variações do preço do petróleo. Neste período, a quantidade de hotéis no Brasil continuava crescendo, devido às Políticas Públicas criadas pelo Governo Federal. A década de 1970, registra-se o crescimento do número de viagens decorrente do desenvolvimento da infraestrutura dos transportes aéreo e rodoviário

Decádas seguintes, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005), no início dos anos 2000, o Brasil estava entre os 30 países com o maior fluxo turístico do mundo, apresentando um grande potencial de crescimento, tendo recebido cerca de 4,72 milhões de turistas estrangeiros. Segundo Luchiari (2000), a urbanização turística pode ser considerada como uma das expressões mais marcantes do turismo na nossa sociedade.

De acordo com o IBGE (2011), dados apresentados, no ano de 2011, mostram a composição do cadastro de informantes da pesquisa de serviços de hospedagem no Brasil. O presente cadastro de informantes foi elaborado a partir da base no Cadastro Central de Empresas, atualizado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no ano de 2010 e também pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego (tabela 3).



Tabela 3 – Composição do cadastro de informantes da pesquisa de serviços de hospedagem no Brasil

CNAE 2.0	Descrição	Número de estabelecimentos
5510-8	Hotéis e similares	8 913
5590-6	Outros estabelecimentos de hospedagem	1.960
TOTAL		10 873

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa de Serviços de Hospedagem (2011).

Segundo o IBGE (2011), é possível verificar também o mapeamento da distribuição da hotelaria no território nacional, que destaca as principais capitais do País, como grandes polos receptivos hoteleiros (tabela 4).

Verifica-se, portanto, que o estado de São Paulo, apenas considerando a cidade-sede, concentra o maior número de estabelecimentos de hospedagem, bem como de unidades habitacionais. Ainda de acordo com o IBGE (2011), a Região metropolitana de São Paulo, conta com 1.323 estabelecimentos (17,7% do total), seguido das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, com 609 estabelecimentos (8,1% do total), Região metropolitana de Belo Horizonte, com 589 estabelecimentos (7,9% do total) e da Região metropolitana de Salvador, com 516 estabelecimentos (6,9% do total).



Tabela 4 – Número de estabelecimentos de hospedagem e número de unidades habitacionais, segundo os principais municípios das capitais

Cidades	Estabelecimentos de hospedagem	Unidades Habitacionais	Leitos Disponíveis
São Paulo	972	54.065	73.488
Rio de Janeiro	429	31.594	45.416
Salvador	358	15.666	22.366
Belo Horizonte	291	13.353	19.031
Fortaleza	280	12.188	19.745
Florianópolis	254	10.098	20.060
Curitiba	242	12.780	19.083
Brasília	222	11.980	19.216
Natal	212	11.455	19.532
Porto Alegre	190	10.284	14.625
Outros	1586	66.821	101.111
Total	5.036	250.284	373.673

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa de Serviços de Hospedagem (2011).

Conforme é possível observar na tabela 5, nota-se a distribuição regional das unidades de hospedagem das principais redes internacionais hoteleiras no Brasil, em 2006.

Tabela 5 – Distribuição regional das unidades de hospedagem das principais redes internacionais hoteleiras no Brasil

Local	Número de Hotéis	% Hotéis Brasil	Nº Apartamentos	% Apartamentos Brasil
São Paulo	77	29	16.535	64
Estado de SP	125	47	22.835	89
Região Sudeste	157	59	23.468	67
Brasil	268	100	36.340	100

Fonte: PROSÉRPIO (2007).

São José dos Campos e o Turismo de Negócios

Para que uma cidade possa ser considerada um local propício para a realização e desenvolvimento de negócios, muitos fatores necessitam ser observados. No município de São José dos Campos, por exemplo, um fator que chama muito a atenção é a sua



localização. Posicionada na Rodovia Presidente Dutra, um dos principais eixos econômicos do Brasil, que liga os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, com fácil acesso ao litoral Norte e à serra da Mantiqueira, o município ganha destaque nesse sentido. A curta distância dos portos de São Sebastião e Santos e a proximidade do Aeroporto internacional de Guarulhos, também favorecem esse desenvolvimento. São José dos Campos tornou-se destaque no País nos últimos anos, devido ao potencial de mercado, fator que vem impulsionando os investimentos na área do turismo de negócios, comércio e serviços. Isso se verifica no enorme fluxo de pessoas que diariamente procuram a cidade para visitar shoppings, polos industriais, tecnológicos e centros educacionais de nível técnico e superior.

De acordo com o último Censo divulgado pelo IBGE, em 2010, o município de São José dos Campos tinha uma população estimada de 695.995 habitantes (2016), uma área de unidade territorial (km²) de 1.099,409 e um valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio urbano de R\$ 4.008,46 reais.

No ano de 2013, a partir da lei nº 8904/13 de 21 de fevereiro de 2013, a prefeitura municipal de São José dos Campos, criou a Secretaria de Turismo e com ela o incentivo para a promoção do turismo de negócios na cidade, bem como para a ampliação do seu parque hoteleiro. Para que uma parte de suas atribuições seja cumprida, é preciso que o município tenha capacidade para ampliar a sua diversidade de oferta, dentre elas, hospedar viajantes a lazer, mas principalmente a negócios, pois a sua localização, favorecida pelo eixo Rio – São Paulo, beneficia a cidade nesse sentido.

Historicamente, as primeiras instalações destinadas ao turismo de negócios no município datam dos anos 1960. De acordo com Souza (2000), o Grande Hotel e o edifício Cinelândia, localizados na Região central da cidade de São José dos Campos, foram os primeiros empreendimentos verticais do município, ambos datados da década de 1960 (figura 2). Com 8 e 9 pavimentos, respectivamente, suas instalações serviram de hotel e hospedaram empresários, personalidades e artistas e décadas depois passaram a abrigar salas comerciais, consultórios e até moradias.



Figura 2 – Edifícios Grande Hotel (à frente) e Cinelândia (ao fundo) - década de 60.

Fonte: SOUZA (2000).

Na década de 1970, com o incremento das políticas públicas de âmbito nacional o II PND e, regional, por meio do CODIVAP, relacionado à proposta de fortalecer a relação de parceria entre o poder público e o setor privado, possibilitou ao município de São José dos Campos receber a primeira cadeia internacional de hotéis, a rede francesa Accor, com o seu segundo hotel construído no Brasil, o Novotel São José dos Campos. Essa situação foi motivada pelo papel estratégico que São José dos Campos cumpria, regional e nacionalmente.

A indústria era o motor econômico do município, e muitas multinacionais se instalaram na cidade. Segundo Becker e Egler (1994, p.134), no governo militar, “o locus do projeto geopolítico moderno é o Vale do Paraíba do Sul, o eixo histórico que liga as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, onde o objetivo de construir um complexo militar industrial fica em evidência. O CTA localizou-se no Vale, assim como a ENGESA e a mais importante fábrica de mísseis — AVIBRÁS, — uma firma privada nacional”. O CTA – Centro Tecnológica da Aeronáutica e o complexo militar se instaram em São José dos Campos.

A unidade do Novotel foi inaugurada no município no ano de 1977, e está ligada a uma das principais rodovias que corta o país, a Rodovia Presidente Dutra, aproximadamente a uma hora de São Paulo, Litoral Norte e Campos do Jordão, cidades com importantes polos turísticos e hoteleiros, e quatro horas da cidade do Rio de Janeiro. A presença de uma cadeia internacional na cidade foi fundamental para impulsionar o desenvolvimento do parque hoteleiro na Região e principalmente no município, fortalecendo o turismo de negócios que décadas mais tarde, resultaria na construção de mais hotéis de categoria nacional e internacional, tornando o município de São José dos Campos, na



Região do Vale do Paraíba, uma referência em turismo e hotelaria, tanto qualitativamente como quantitativamente.

Verifica-se, portanto, que a atividade turística de negócios promovida no município de São José dos Campos foi estabelecida dentro dos padrões de qualidade e competitividade, utilizando-se de ações de gestão, fomento e promoção, que permitissem o incremento da economia regional, a inclusão social da população e a satisfação dos seus visitantes, uma vez que concentrava um importante polo de turismo de negócios na Região do Vale do Paraíba.

É possível observar, na tabela 6, os estabelecimentos de hospedagem, por tipos, segundo Municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, com mais de 80.000 mil habitantes (excluindo a Região do Litoral Norte, que tem a sua concentração mais voltada para o turismo de lazer do que o turismo de negócios). Nessa tabela, o município de São José dos Campos desponta no número de unidades habitacionais.

Considerações Finais

O desenvolvimento da urbanização brasileira foi fundamental para o crescimento das cidades e regiões do País. É possível, portanto, afirmar, que nas últimas décadas o espaço brasileiro vivenciou intensas e profundas transformações. Constata-se, portanto, que após a década de 1950 o Brasil insere em sua economia uma série de programas de políticas públicas com a finalidade de potencializar o País para o cenário econômico internacional. E, com a determinação do II PND, entre os anos de 1975 a 1979, e as políticas de desenvolvimento regional, através do CODIVAP e da criação da Secretaria de Turismo do município de São José dos Campos a economia nacional, regional e local, vivenciou um importante salto para o desenvolvimento de inúmeros serviços, dentre eles, a expansão da indústria do turismo de negócios que passou a representar uma importante fonte de receita para o crescimento econômico do turismo e do parque hoteleiro no Brasil.



Tabela 6 – estabelecimentos de hospedagem, por tipos, segundo Municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, com mais de 80 000 mil habitantes

Municípios pesquisados da Região do Vale do Paraíba	Estabelecimentos de hospedagem				População IBGE Projeção 2016	PIB 2013 (em mil reais)
	Total	Hotéis	Pousadas	Motéis		
São José dos Campos	62	43	9	10	695. 992	27.401.017,04
Taubaté	30	19	4	7	305. 174	14.988.466,12
Jacarei	26	17	1	8	228. 214	8.290.851,21
Guaratinguetá	20	11	5	4	119. 753	4.120.222,67
Pindamonhagaba	16	11	2	3	162. 327	5.631.210,79
Lorena	12	7	2	3	87. 854	1.630.272,08
Caçapava	10	5	2	3	91. 883	3.393.999,23
Cruzeiro	10	6	4	-	81. 406	1.925.411,87
TOTAL	186	119	29	38	1. 772 603	67. 381 451

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A concentração hoteleira em algumas regiões no Brasil, como respectivamente apresentados, foi o impulso da modernização de cidades e regiões, que passaram a gerar uma maior fonte de receita, fomentando empregos e oportunidades de desenvolvimento, crescimento local e produção social do seu espaço urbano. Também é possível observar que a maior concentração de desenvolvimento do parque hoteleiro do País, concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, em específico na Região do Estado de São Paulo, que detém o maior parque hoteleiro do País.

Constituiu-se assim uma importante conexão entre o processo de urbanização brasileira, políticas públicas e o desenvolvimento regional da indústria do turismo de negócios no Vale do Paraíba, para um entendimento do avanço econômico e da hotelaria no território brasileiro. Não podemos esquecer, como ressaltado por Henz *et.al.* (2010, p.7), “as políticas de turismo representam as orientações, indicam condições e procedimentos, em curto, médio ou longo prazo para o processo de planejamento”.



Referências

ALBAN, M. **Turismo no Brasil: a estratégia de expansão espacial e seus problemas.** Turismo-Visão e Ação, v. 8, n. 2, p. 301-308, 2006.

ALBUQUERQUE, A. B. **Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK.** In: XI Congresso brasileiro de história econômica, Vitória, ES, 2015.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões.** 8.ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOUZA, A. A. M. **Um estudo do crescimento vertical da cidade de São José dos Campos – SP.** São José dos Campos: UNIVAP, 2000 (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

BECKER, K. B; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo.** Bertrand: Brasil, 1994.

BRASIL, W. F. W. **Memória do turismo: trajetória histórica da EMBRATUR no período de 1966 a 2006. 2007. 242 f.** Brasília: UNB, 2007 (Monografia Especialização em Gestão de Negócios em Turismo).

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: Seu controle ou o caos.** São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CARVALHO, A. F. **Políticas públicas em turismo no Brasil.** Sociedade e Cultura. Universidade Federal de Goiás, vol. 3, n. 1-2, pp. 97-109, enero-diciembre, 2000.

CODIVAP. **Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba.** Campos do Jordão: 1970. Disponível em: <http://codivap.org.br/estatuto_codivap.pdf>

COSTA, P. E. O. **Legislação urbanística e crescimento urbano em São José dos Campos.** São Paulo: USP, 2007 (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

COSTA, S. L. **Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento.** Taubaté: Cabral, 2005.

FURTADO, C. **O Brasil pós “milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRANCESCONI, L. **Mão-de-obra na atividade industrial de São José dos Campos e Jacaréi: movimentos migratórios e movimentos pendulares.** São Paulo: USP, 1978 (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana).

GORINI, A. P. F; MENDES, E. F. **Setor de turismo no Brasil: segmento de hotelaria.** **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 111-150, 2002.

HENZ, A. P.; LEITE, F.C.L.; ANJOS, F. A. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. In: **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 6., Caxias do Sul, RS, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Censo 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 abr. 2017.



LUCHIARI, M. T. Urbanização Turística: Um novo nexos entre o lugar e o mundo. IN: SERRANO, C; BRUHNS, H. T; LUCHIARI, M. T (Org). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

MAMEDE, J. A. D. **Análise do desenvolvimento do cone leste paulista desde a criação do codivap: impactos observados e necessidades futuras**. Taubaté: UNITAU, 2008. (Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional).

MARICATO, E. **Brasil, Cidades. Alternativas para a Crise Urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATOS, P. O. **Análises dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Piracicaba: Escola superior de agricultura Luz de Queiroz, 2002 (Dissertação de Mestrado).

NOGUEIRA, M. Políticas Públicas: o processo decisório na cúpula do setor de turismo no Brasil. In **Revista de Administração Pública**. 17(41): 167-81, 1983.

OMT (Organização Mundial do Turismo). World Tourism Barometer, v. 3, n. 2, June 2005.
PROSÉRPIO, R. **O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2007.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Brasil 1971. Disponível em <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>>. Acesso em: 10/04/2017.

RESCHILIAN, P. R. O Vale do Paraíba no contexto da urbanização brasileira e a questão do planejamento regional. **Revista de Ciências Humanas**. Taubaté, v. 11, n. 1, p. 25- 32, jan./jun. 2005.

RIBEIRO, L. C. de Q; CARDOSO, A. L. **Planejamento urbano no Brasil: Paradigmas e experiências**. Espaço & Debates. São Paulo, n.37, p. 77- 89, 1994.

RICCI, F. **Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba Paulista**. Taubaté: Cabral, 2006.

RODRIGUES, C. H. L. **Plano de Metas, PAEG e II PND: Análise e Desdobramentos**. In: XI Congresso brasileiro de história econômica, Vitória, ES, 2015.

SAAB, W. G. L. **Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 10, p. 285-312, 1999.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, p.57-58, 1993.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, F. M. **Geografia das redes hoteleiras Mundo, Brasil e Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2012 (Tese de Doutorado em Geografia).



SOLHA, K. T. **Evolução do Turismo no Brasil**, in: Rejowski, M. (org.) Turismo no percurso do tempo, Editora Aleph, São Paulo, 2002.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TINBERGEN, J. **Programação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. São Paulo: Universidade de – USP, 2009 Tese de Doutorado em História Econômica).

VIEIRA, E. T; SANTOS, M. J. Industrialização e desenvolvimento regional: Política do Codivap no Vale do Paraíba na década de 1970. In **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**. Santa Catarina n. 2, Ano 2, nov. 2012.